



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

**Primeira Câmara**

Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque Dez – CEP: 69060-020 – Manaus/AM

Fone: (92) 3301-8192 / 3301-0102 / 3301-8215

**Memorando nº 186/2019-DEPRIM**

Manaus, 22 de Agosto de 2019

**De: Departamento da Primeira Câmara – DEPRIM**

**Para: Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas (DICOP)**

Senhor Diretor,

Ao cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Senhoria cópia da Decisão nº 405/2019 – TCE – Primeira Câmara, referente ao **Processo nº 1454/2017**, em cumprimento ao item 8.5 da citada Decisão, *in verbis*:

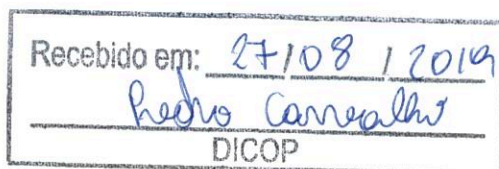
*“8.5 - Determinar ao DEPRIM o traslado da Decisão desta Admissão de Pessoal para o processo de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Japurá – AM, do exercício 2017;”*

Diante disso, informo que a referida Decisão deverá ser anexada ao Processo nº **11407/2018** – que trata da Prestação de Contas Exercício de 2017, Prefeitura Municipal de Japurá – AM.

Atenciosamente,

**BIANCA FIGLIUOLO**

Chefe do Departamento da Primeira Câmara.



uoc



**DECISÃO Nº405/2019 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1454/2017.**
- 2- **Assunto:** Admissão de Pessoal
- 3- **Objeto:** Contratações Temporárias realizadas pela Prefeitura Municipal de Japurá, por meio do Edital nº 002/2017.
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Unidade Técnica:** DICAD
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6.110/2018-DMP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 7- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Admissão de Pessoal. Contratações Temporárias.

*Illegalidade. Negativa de Registro. Determinação. Multa. Recomendação.*

**8- DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão da **Primeira Câmara**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, inciso III, art. 260, art. 261 e seus parágrafos da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 8.1. **Julgar ilegal** as Contratações Temporárias realizadas pela Prefeitura Municipal de Japurá, objeto do Edital n.º 002/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas de 21/02/2017;
- 8.2. **Negar registro** das Contratações Temporárias realizadas pela Prefeitura Municipal de Japurá, objeto do Edital n.º 002/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas de 21/02/2017, nos termos do art. 1º, IV, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 261, § 2º, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM);
- 8.3. **Determinar** à Sra. **Gracineide Lopes de Souza**, Prefeita de Japurá que, que, no prazo de **30 (trinta) dias**, faça cessar todo e qualquer pagamento remuneratório decorrente do ato impugnado, sob pena de ser julgada em **alcance** e ficar sujeita ao ressarcimento das quantias pagas, nos termos do art. 261, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno, executando as demais providências necessárias ao cumprimento da

JFAO/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



**DECISÃO Nº405/2019 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA**

lei, assim como dê ciência inequívoca a este Tribunal acerca da comprovação do atendimento das tais medidas; não havendo a necessidade dos servidores devolverem aos cofres públicos a contraprestação dos serviços prestados, tendo em vista a redação da Lei nº 13.655/2018, que alterou a LINDB;

- 8.4. Aplicar multa** à Sra. **Gracineide Lopes de Souza**, Prefeita de Japurá, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em virtude da prática de atos com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelas irregularidades não sanadas conforme especificado no Laudo Técnico Preliminar n.º 41/2017-DICAD e no Parecer n.º 6110/2018 – MPC – ELCM, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o inciso VI do art. 308 da Resolução 04/2002-TCE/AM.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, autorizada a DCREX, desde logo, a instauração da cobrança executiva (arts. 73 e 77, inciso II, da Lei n.º 2.423/96), de acordo com o art. 169 e seguintes da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 8.5. Determinar** ao DEPRIM o traslado da Decisão desta Admissão de Pessoal para o processo de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Japurá, do exercício 2017;
- 8.6. Recomendar** ao órgão de origem (Prefeitura Municipal de Japurá - AM), que se abstenha de realizar Contratações Temporárias no âmbito do Município e que proceda ao planejamento e organização de concurso público no âmbito do município com objetivo de regularizar o Quadro de Servidores Municipais, nos termos do art. 37, II, CF/88;
- 8.7. Recomendar** ao órgão de origem (Prefeitura Municipal de Japurá - AM), que cumpra o disposto na Resolução nº 16/2009, a fim de serem

JFAO/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM.

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**DECISÃO Nº405/2019 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA**

cadastrados no SAP as informações como edital, cargos, vagas, relação de inscritos, resultado final, atos de contratação e exoneração.

*Vencido o Voto-Destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Dr. Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela ilegalidade da Admissão de Pessoal, mas, salienta a necessidade de ser retificado o valor da multa aplicada no item 8.4 do referido decisório, em razão de adequá-lo aos novos valores colacionados pela Resolução n.º 04/2018.*

**9- Ata:** 1ª Sessão Ordinária Judicante – Primeira Câmara.

**10- Data da Sessão:** 26 de Março de 2019.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**12- Representante do Ministério Público de Contas junto à Primeira Câmara:** Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro Relator

**RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA**

Procurador de Contas

JFAO/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Este documento foi assinado digitalmente por RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 38109EE2-D17F-2103-052DF-348-33FD1401